

ÍNDICE TEMAS DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO VOL. II

Direito do Trabalho e Direitos Humanos: O exercício da resistência na trincheira da Constituição.....17

Carmen Camino

1. Natureza e finalidade do Direito do Trabalho no plano
constitucional19
2. Incolumidade dos direitos mínimos contemplados na
Constituição.....29
3. O primeiro ataque, pela via da Emenda
Constitucional 28/2000.....41
4. Propostas abertas de reflexão (a título de síntese).....43

Teoria geral do Direito do Trabalho: A diferenciação entre prescrição e decadência.....47

Cíntia Machado de Oliveira

1. Introdução49
2. Distinção entre prescrição, preclusão, preempção,
preempção49
3. Distinção entre prescrição e decadência53

Hipossuficiência e vulnerabilidade na teoria geral do Direito do Trabalho contemporâneo63

Leandro do Amaral D. de Dorneles

1. Introdução65
2. Hipossuficiência e vulnerabilidades67
 - 2.1. Vulnerabilidade negocial.....76
 - 2.2. Vulnerabilidade hierárquica78
 - 2.3. Vulnerabilidade econômica.....81

2.4. Vulnerabilidade técnica	86
2.5. Vulnerabilidade social.....	92
2.6. Vulnerabilidade informacional	93
3. Considerações finais	95

Democracia, cidadania e trabalho 101

Mauricio Godinho Delgado

1. Introdução.....	103
2. Democracia e cidadania	104
3. Democracia, cidadania e trabalho.....	106
4. Cidadania, trabalho e emprego no brasil.....	110
5. Conclusão.....	119

A Constituição de 1988 e seu sistema especial de direitos fundamentais do trabalho..... 121

José Felipe Ledur

1. Introdução.....	123
2. Questão preliminar: conceito de sistema	125
3. Significado histórico e conceito de direito fundamental.....	127
4. Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva e objetiva	133
4.1. Funções clássicas dos direitos fundamentais	133
4.2. Funções jurídico-objetivas dos direitos fundamentais.....	135
4.2.1. Função de proteção.....	136
4.2.2. A irradiação dos direitos fundamentais no ordenamento infraconstitucional	137
4.2.3. Interpretação conforme aos direitos fundamentais	138
5. Os titulares dos direitos fundamentais do trabalho	139
6. A vinculação do empregador ou tomador do trabalho aos direitos fundamentais	140

Temas de Direito e Processo do Trabalho

7. Garantias, conformação e restrições aos direitos fundamentais do trabalho	145
7.1. Garantias	145
7.2. Conformação	147
7.3. Restrições	149
8. A jurisdição dos juízes do trabalho	150
9. Conclusão	154

A Jurisdição do Trabalho e o Trabalho da Jurisdição.....155

Luiz Fernando Cabeda

1. Introdução	157
2. A jurisdição do trabalho	159
3. O trabalho da jurisdição.....	171
4. Encerramento	178

Direito do Trabalho e prescrição: Fundamentos e notas sobre imprescritibilidade181

Magda Barros Biavaschi

1. Introdução	183
1. Capitalismo, grande indústria, Direito do Trabalho: um direito que nasceu em contraposição ao primado da ordem liberal	184
2. As constituições ocidentais modernas e os direitos fundamentais.....	188
2.1 A Constituição brasileira de 1988 e os direitos sociais fundamentais.....	191
3. Prescrição e decadência: algumas considerações teóricas	194
3.1. Prescrição e decadência: distinção necessária	196
3.2 As imprescritibilidades. O ato nulo. Os artigos 9º e 468 da CLT.....	197
4. Considerações finais	202

Reestruturação produtiva, relação de emprego e direito constitucional do trabalho 205

Ricardo Hofmeister de A. Martins Costa e Diogo de Seixas Grimberg

- 1. Considerações introdutórias207
- 2. Direito do trabalho e reestruturação produtiva210
- 3. Direito Constitucional do Trabalho e dignidade do trabalhador216
- 4. Considerações finais224

O princípio da Fraternidade e os princípios do meio ambiente do trabalho 227

Luciane Cardoso Barzotto

- 1. Introdução.....229
- 2.O princípio da fraternidade e o meio ambiente de trabalho231
- 3. Princípios constitucionais do meio ambiente do trabalho.....233
- 4. Proteção constitucional da vida: ambiente, saúde e trabalho235
- 5. Princípios doutrinários do meio ambiente do trabalho.....238
- 5.1. Desenvolvimento sustentável239
- 5.2. Prevenção.....240
- 5.3.Princípio da precaução.....242
- 5.4. Poluidor-pagador244
- 5.5. Participação245
- 6. Conclusões246

O princípio da boa-fé objetiva como balizador de condutas na relação de emprego 249

Oscar Krost

- 1. Introdução.....251
- 2. Boa-fé objetiva como princípio de direito. Conceito. Histórico.....252

3. Boa-fé objetiva na relação de emprego. Fases pré-contratual, contratual e pós-contratual	257
4. Conclusões.....	267

Indicadores de Segurança Jurídica269

Humberto Ávila

1.Introdução	271
2. As particularidades do conceito de Segurança Jurídica	272
2.1. Os estados ideais a serem promovidos.....	272
2.2. O tipo de conceito proposto	276
2.3. O conceito pressuposto de direito	279
3. Um esboço dos indicadores de segurança jurídica	282
3.1. Cognoscibilidade	282
3.2. Confiabilidade.....	284
3.3. Calculabilidade	287
4. Conclusão	289

**A materialização do Direito Internacional Privado brasileiro:
o cancelamento da súmula n° 207 do TST291**

Marília Zanchet Rosa

1. Introdução	293
2. A insuficiência do método clássico na proteção internacional do empregado	296
2.1. Normas clássicas.....	298
2.2. <i>Lex loci laboris</i>	301
3. A solução por meio da materialização do Direito Internacional Privado.....	304
3.1. Normas de conexões abertas	305
3.2. <i>Favor empregado</i>	310
4. Conclusão	312

A boa-fé objetiva como mecanismo de eficiência nas negociações coletivas de trabalho 315

Breno Hermes Gonçalves Vargas

1. Introdução.....	317
2. A boa-fé objetiva e a negociação coletiva.....	318
2.1. Aspectos doutrinários gerais acerca do princípio da boa-fé no direito do trabalho	319
2.2. Breves considerações acerca da negociação coletiva de trabalho e a incidência da boa-fé.....	324
3. A análise econômica do direito como ferramenta de verificação da eficácia da boa-fé objetiva nas relações negociais coletivas	327
3.1. Conceitos fundamentais de AED e sua aplicação no direito do trabalho	328
3.2. Análise crítica acerca da eficiência da boa-fé objetiva na negociação coletiva.....	333
4. Conclusão.....	335

Natureza jurídica das cláusulas coletivas e suas consequências jurídicas 337

Rafael Lemes

1. Introdução.....	339
2. Natureza jurídica das cláusulas coletivas.....	341
3. Consequências jurídicas - interpretação e efeitos da extinção das cláusulas coletivas	348
4. Considerações finais	359